

## NOVA ROTA DA SEDA E A ASCENSÃO PACÍFICA CHINESA

*Manuely P. Barbosa; Marcos Costa Lima; Pedro A. A Fonseca; Robson A. M. Gomes Júnior; Vítor L. Alves (UFPE)*

### Resumo

O artigo objetiva analisar o surgimento da política chinesa de estado *One Belt, One Road*, que visa reconstruir e expandir a antiga Rota da Seda por meio de investimentos econômicos e infraestruturais com ampla irradiação para países asiáticos, africanos e europeus. Assim, tem dois propósitos centrais: discutir, inicialmente, a formação de uma Escola Chinesa de Relações Internacionais, que é uma expressão da nova dinâmica e sucesso da China em âmbito internacional, de buscar nas raízes de sua cultura mais que milenar, uma base capaz de estabelecer as diferenças das teorias ocidentais dominantes nas relações internacionais. E com base nesta literatura, articular a formulação de uma teoria das relações internacionais chinesa com a magnitude do projeto *One Belt, One Road*, explicitando suas motivações econômicas – sendo um projeto de alto risco – tanto pela quantidade de obras a serem feitas quanto pelo capital à ser investido, mas também políticas, de propagar a ideia de uma ascensão chinesa pacífica e cultural, de valorizar a tradição e os valores chineses.

**Palavras-chave:** Escola Chinesa; *One Belt, One Road*; Rota da Seda; Investimentos econômicos e infraestruturais; ascensão pacífica.

### Abstract

The article goal is to analyze the emergence of Chinese state policy, named *One Belt, One Road*, which aims to rebuild and expand the ancient Silk Road through economic and infrastructure investments with broad irradiation for Asian, African and European countries. So, it has two main purposes: the first is to discuss initially the formation of a Chinese School of international Relations, which is an expression of the new and successful dynamic of China nowadays, seeking in the ancient culture of the country, some elements capable of

establishing the differences in theories Western dominants in international relations. The second, is to analyse the magnitude of the *One Belt, One Road*, explaining their economic motivations – being a high risk project – and the amount of work and capital to be invested, but also political, to propagate the idea of a peaceful and cultural China's rise, rooted in Chinese values.

**Key-Words:** Chinese School; One Belt, One Road; Silk Road; economic and infrastructure investments; peaceful rise.

## 1. Introdução

Os níveis de crescimento econômicos da China nas últimas décadas, evidenciam a capacidade desse grande país asiático de se estabelecer como um importante *player* no mundo contemporâneo. Como afirmou o ex-presidente sênior do Banco Mundial, Justin Yifu Lin, em menos de quatro décadas, a China atingiu o nível de país com renda de classe média alta (LIN, 2015). Tal desenvolvimento econômico possibilitou a China aumentar a sua influência na Ásia, mas também em escala mundial.

Um dos principais projetos da política externa chinesa na atualidade é a construção de uma Nova Rota da Seda (chamada de *One Belt, One Road*), que ligará a China a Europa e a África por vias terrestres e marítimas, passando, conseqüentemente por vários países da Ásia Central e Oriente Médio. O sonho Chinês de retomar a dianteira em se tratando de comércio internacional é o que motivou o governo de Pequim à criação desse projeto, e a maneira com a qual a China pretende lidar com os outros atores na implementação e realização do mesmo é, no mínimo, diferente da maneira que o atual *hegemon* – os Estados Unidos da América – lida com essa questão.

De acordo com o mapa, a “Nova Rota da Seda” começará na cidade de Xi’an, mas se articula para o Norte com Beijing e para o Sul, em Guandong, subindo daí até Lanzhou (província de Gansu), Urumqi (Xinjiang) and Khorgas (Xinjiang), já próxima ao Cazaquistão. Daí seguirá para o sudeste, alcançando o norte do Irã, na Ásia central, antes ir através do Iraque, Síria e Turquia. De Istanbul, a Rota da seda cruzará o estreito de Bósforo e seguirá noroeste através da Europa, incluindo a Bulgária, a Romênia, a República Tcheca e a

Alemanha, daí até o porto de Roterdã, na Holanda. Finalmente via o Sul chegará até Veneza onde se encontrará com a também ambiciosa Rota da Seda Marítima.

Figura 1 – Mapa da Nova Rota da Seda



Fonte: [www.cese-m.eu/cesem/2016/02/la-nuova-via-della-seta-potrebbe-aiutare-leconomia-dellazerbaigian/](http://www.cese-m.eu/cesem/2016/02/la-nuova-via-della-seta-potrebbe-aiutare-leconomia-dellazerbaigian/)

A chamada Rota da Seda Marítima começará em Quanzhou na província de Fuja, e também atingirá Guangzhou, na província de Guandong, Beihai (Guanxi) e Haikou (Haina), antes de se dirigir para o estreito de Málaca, de Kuala Lumpur, se dirigirá a Calcutá, na Índia e depois cortará o restante do Oceano Índico para Nairóbi, Quênia e seguindo até o Sri Lanka. De Nairóbi, a rota marítima irá para o norte em torno do “Chifre da África e dali para o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, com uma parada em Atenas antes de atingir a Rota da seda terrestre em Veneza.

Figura 2 – Províncias chinesas



Fonte: [www.chinahighlights.com/map/china-provincial-map/](http://www.chinahighlights.com/map/china-provincial-map/)

Tudo isto só vem a revelar que um império, fechado no passado, que constrói as famosas Muralhas da China, abre-se novamente para o mundo árabe, africano e europeu, uma tarefa ciclópica.

Essa verdadeira efervescência por que passa a China, em que pese sua economia esteja “voltando ao normal”, também se reflete na Cultura e na produção do conhecimento. A grandeza e importância que o país conquistou após a vitória da revolução liderada por Mao Tsé-Tung, tem provocado cientistas sociais chineses a refletirem sobre o fazer de suas disciplinas, até então muito subordinada ao código ocidental.

Está surgindo, no campo das Relações Internacionais, uma chamada “Escola Chinesa” de pensamento, que busca mesclar aspectos realismo político e o liberalismo econômico

adotado nas RI's, com as obras de filosofia e política de grandes pensadores da dinastia pré-Qin<sup>1</sup>, como as de Confúcio e Sun Tzu, que são a base do modo de vida adotado até hoje na China. Ademais, o fato da China ser um país comunista também influencia na criação dessa Teoria das Relações Internacionais.

Em seu livro "*China and International relations: The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu.*", o cientista político Zheng Yongnian<sup>2</sup> traça como objetivo o cotejo da matriz das teorias das Relações Internacionais existentes e ocidentais, com a tradição chinesa em política externa.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira, a Introdução acima realizada; a segunda, apresenta um breve quadro história da tradição chinesa nas suas relações Internacionais e à tentativa contemporânea de consolidar uma Escola Chinesa de Relações Internacionais, mostrando elementos de seu desenvolvimento e sua essência. E finalmente apresentamos o conjunto das diretrizes e intenções associadas à Nova Rota da Seda.

## **2. Histórico da tradição chinesa nas Relações Internacionais**

Discorrer sobre o pensamento chinês nas relações internacionais é, primeiramente, revisitar a história de uma nação mais que milenar<sup>3</sup>, e observar as influências trazidas desse longo período. Passando pela China imperial, com influências do pensamento filosófico-político confucionista, com destaque aos pensadores como Confúcio, Mencius, Xunzi, Laozi, Muni e Hanfeizi, chegando até a China socialista, com destaque as obras de Lênin, Marx e sobretudo, Mao-Tsé-Tung; o pensamento chinês nas relações internacionais foi formado através de um gama de influências que possibilitaram diferentes linhas de pensamento dentro da China, como demonstra Shambaugh (2013). Mas sabe-se que o campo das relações

---

<sup>1</sup> O ano 221 a.C. costuma ser referido como o momento em que a China foi unificada na forma de um grande reino ou império, apesar de já haver vários estados e dinastias antes disso. As dinastias sucessivas desenvolveram sistemas de controle burocrático que permitiriam ao imperador chinês administrar o vasto território que viria a ser conhecido como a China.

<sup>2</sup> YONGNIAN, Z. (2010)

<sup>3</sup> O reinado de Yu teve, segundo a tradição, início em 2205 a.C, Yu teria fundado a Dinastia Xia, a primeira das três dinastias da China antiga: Xia, Shang e Zhou.

internacionais nos moldes ocidentais surgiu como uma disciplina acadêmica autônoma no início dos anos 1980. (SONG e CHAN, 2000; YONGHIAN, 2008)

É válido lembrar que a concepção do Estado chinês se deu muito antes e de forma diferente do que no Ocidente. Desse modo, o país asiático desenvolveu de maneira muito particular a ideia de relações internacionais, que por mais de dois milênios pôs o país como centro de uma ordem internacional, ou *Zhongguo*, que significa “império do meio”, ou “império do centro”, e o imperador como “filho do céu”. Colocava, assim, a China numa posição de superioridade em relação aos seus vizinhos. Como afirma Abi-Sad (1996, p. 13-14) “A China dinástica tradicionalmente representou, assim, um ‘império sem vizinhos’, bastando-se em um espaço geopolítico e geoestratégico onde sua preponderância foi incontestável”. Assim, “o relacionamento que desenvolveu com os estrangeiros, que ela chamava de ‘*bárbaros*’, foi perpassado pela noção de superioridade de sua cultura e pelas normas sociais distintas que o país desenvolveu” (SOUSA. 2016, p. 50).

A base para o sinocentrismo<sup>4</sup> vinha do confucionismo que, segundo Zhimin (2005), dominou as mentes dos chineses por quase 2000 anos. No pensamento confucionista, a harmonia se destacava como elemento central, sendo a harmonia social um fator de extrema importância. Assim, o Estado era visto como um agente cuja a finalidade era de estabelecer e de restaurar a harmonia coletiva, tendo ainda o papel de harmonizar as relações entre os indivíduos (YAQING, 2010) e tentar manter afastada a sociedade de influências corruptoras. Também a ênfase confuciana no familismo, na família estendida, que é frequentemente o agente prático da moral. É uma incumbência do governo intervir na ajuda ao coletivo social em sua busca de realização, para gerar o desenvolvimento macro social. E para consegui-lo o Estado precisa ser forte, eficiente e amigo do cidadão. Só um governo assim pode transcender qualquer interesse particular e afastá-los. (COSTA LIMA; SILVA, 2016: 6-7). Existia um forte propósito moral no Estado Chinês e a visão de Confúcio segundo a qual a harmonia era válida tanto para a política doméstica, quanto para a externa era predominante;

---

4 Perspectiva etnocêntrica que considera a China como o centro, e põe em relação a esse centro qualquer outra zona, que será considerada periferia.

consequentemente, as relações externas da China nada mais eram do que uma extensão da própria ordem doméstica. (SOUZA, 2016); MONTENEGRO (2015).

O desenvolvimento das relações externas entre a China e os outros Estados não se dava de maneira igualitária. Pelo contrário, as relações eram hierárquicas e não igualitárias, refletindo a própria sociedade chinesa. Costa Lima & Silva (2016: 7.) afirmam que “a ordem histórica na Ásia do Leste teria sido unificada e centralizada na teoria, pela universal proeminência chinesa do ‘Filho do Céu’. Não era organizada por uma divisão de territórios entre soberanias de status iguais, mas, sobretudo, por uma subordinação de todas as autoridades ao Centro e ao poder do imperador”. Desse modo, Estados que quisessem manter relações com a China deveriam reconhecer a superioridade chinesa através do pagamento de tributos. Assim, para os chineses, o tributo desempenhava um grande papel moral, já que representava a legitimidade da ordem sinocêntrica.

Sousa (2016) esclarece que o sistema tributário desenvolvido no período imperial chinês, desempenhou um papel de grande importância para as relações externas do país, indo além da questão simplesmente tributária. Tal sistema permitiu que a China estabelecesse uma série de regras e procedimentos para se relacionar com os estrangeiros.

Zhang (2001) aponta que o sistema tributário que emergiu na Dinastia Han (206 a.C até 220 d.C) era a expressão institucional e a chave mestra da ordem internacional dominada pela China. Nesse “sistema hierárquico reinos e tribos ‘bárbaras’ vizinhas mostravam submissão política aos imperadores chineses, e em retorno recebiam recompensas materiais” (ZHIMIN, 2005, p. 37). Esta era também uma forma importante de pacificar as relações da China com seus vizinhos (FAIRBANK, 1969). Zhang (2001, p. 52) destaca ainda que a origem desse sistema foi a partir do comércio, mas com o decorrer dos séculos passou a ter importantes funções políticas “em manter a paz, como também em conquistá-la” (SOUZA, 2016, p. 51-52).

A ordem que estabelecia a superioridade dos chineses (*Zhōngguó*) sobre os outros Estados, ou bárbaros (*Yídi*), começou a se desestabilizar a partir da expansão marítima

européia no século XVIII, quando houve as primeiras tentativas de contato por parte do Reino Unido. O choque cultural logo veio, pois entre as propostas oferecidas pelos europeus estava o reconhecimento de igualdade entre os países, algo impensável para a lógica do pensamento chinês. Como afirma Sousa (2016, p. 52-53), “a China não poderia reconhecer qualquer outro país como sendo equivalente a si, pois fazia parte de sua concepção de mundo à presunção de superioridade. Para os ingleses, dado a sua condição de potência, tratar a China como igual já era considerado muito”. A partir dessas visões de mundo distintas, houve uma escalada na tensão entre as partes que desembocou nos conflitos Anglo-Chineses de 1839-1842 e 1856-1860, no que ficou conhecido como a Guerra do Ópio. A superioridade militar inglesa se fez presente e como resultado o império chinês se submeteu a uma série de tratados desiguais, como o Tratado de Nanquim, que iniciaram o chamado “século de humilhações”.

A partir da imposição desses tratados, a ordem política internacional em que a China se percebia como o centro do mundo foi enfraquecida, gerando consequências tanto externas (como o fim do supracitado sistema tributário) quanto internas, como a crescente desconfiança na figura do imperador e a eclosão de várias rebeliões. Destas, é possível destacar as rebeliões de Taiping (1851-1864), de Nian (1853-1868), de Miao (1850-1872) e as Muçulmanas (1855-1874) (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). O deslocamento da China do centro do mundo para a periferia provocou grandes mudanças na percepção chinesa de mundo. Dessa maneira, as experiências históricas, com um passado de superioridade cultural e um presente de humilhações, permitiram a China tirar lições para as relações internacionais vindouras.

Sabe-se que com a transformação da China em República Popular Chinesa e a chegada do Partido Comunista Chinês ao poder, em 1949, foi configurado um outro tipo de política externa. Inicialmente, ela teve de lidar com um substancial isolamento internacional que era provocado tanto por ela mesmo, quanto por vários outros países, com destaque para o bloco capitalista ocidental, no contexto da Guerra Fria. Vivia-se o período da Guerra Fria e da afirmação da hegemonia dos Estados Unidos da América, que já em 1950 participa da Guerra da Coreia. A China sempre projetou que a invasão de seu território seria realizada a partir de

Taiwan, pelos Estados Unidos, o que tornou o confronto entre a China e Taiwan uma questão de sobrevivência para o primeiro.

As bases para essa nova política externa chinesa, divulgadas ainda em 1949, defendiam como preceitos fundamentais: independência, liberdade, integridade territorial e soberania, além do desejo de estabelecer relações cooperativas e amigáveis com o mundo externo, fundamentadas na igualdade e no mútuo benefício.

É necessário apontar quatro fases distintas da política externa chinesa do período da Guerra Fria: entre 1949 e 1960, marcada pela aliança sino-soviética; de 1960, caracterizada pela contraposição às duas superpotências; e de 1970 e parte da década 1980, marcada pela aproximação relativa com os EUA e pela tônica antissoviética. A partir de 2001, a adesão da China à Organização Mundial de Comércio foi um momento privilegiado na história da inserção da China no mercado internacional e para as relações internacionais chinesas. Como ficou registrado na fala do presidente à época – Hu Jintao: “A ascensão da China à OMC é um marco na reforma e na abertura da China, nos trazendo a uma nova era de abertura ainda maior. O ingresso na OMC foi uma importante decisão estratégica, baseada em uma análise abrangente da situação doméstica e internacional a fim de fazer a reforma e a abertura da China e a modernização socialista”<sup>5</sup>.

Um importante parâmetro de que a política externa chinesa amadureceu durante o período foi a preferência pelos relacionamentos bilaterais. Na mentalidade chinesa, o pragmatismo e a busca dos interesses nacionais do país podia ser melhor expresso por meio do bilateralismo. Assim, um aspecto fundamental das parcerias foi a existência de interesses

---

<sup>5</sup> “China’s accession to the WTO is a milestone in China’s reform and opening-up, bringing us into a new era to further open up. To join the WTO was a major strategic decision based on our comprehensive analysis of the situation at home and abroad in order to push forward China’s reform and opening-up and socialist modernization drive.” China and the WTO: past, present and future. Report by Permanent China’s Mission on the WTO, 2011. Disponível em: <[http://www.wto.org/english/thewto\\_e/acc\\_e/s7lu\\_e.pdf](http://www.wto.org/english/thewto_e/acc_e/s7lu_e.pdf)>. Acesso em 08 de maio de 2014. In: Peres, Ana L.S.; Dalbert, Letícia S. (2014).

comuns e ganhos mútuos que pudessem sustentar a aliança sem que se criasse uma obrigação formal, com exceção do acordo de 1950 com a URSS<sup>6</sup>.

Em 1978 estabeleceu-se o slogan de “reforma e abertura” e das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e forças armadas) a serem perseguidos para a próxima fase do desenvolvimento chinês (CHENG; ZHANG, 1999). Assim, para o alcance do projeto da modernização chinesa, era fundamental que se reconhecesse a necessidade de contar com o apoio externo, principalmente em capital e tecnologia. No litoral, por exemplo, foram constituídas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) para receber investimento externo nos setores determinados pelo governo chinês e estruturar a dinâmica exportadora.

Carvalho e Catermol (2009) argumentam que a partir da instalação de ZEE's, a China atraiu volume significativo de recursos, sendo que o estabelecimento de *Joint Ventures* com as empresas chinesas era condição para parte dos investimentos estrangeiros. Essa condicionante fez com que importantes técnicas e tecnologias fossem transferidas de empresas estrangeiras para empresas chinesas. Esse modelo, chamado de “socialismo com características chinesas”, era uma expressão sólida da singularidade milenar do país. Apesar de prever a abertura da economia e um espaço maior para o setor privado, contava com uma forte presença do Estado, tanto na propriedade de empresas, quanto no exercício de um papel regulador, e direcionado à produção para exportação.

Como afirmam Cheng e Zhang (1999) e Oliveira (2012), talvez uma das características mais relevantes da política externa chinesa a partir da década de 1980 foi que ela se voltou para o projeto de modernização econômica do país com vistas ao desenvolvimento. Assim, como indicado por Levine (1994), embora a tendência internacionalista da China pareça prevalecer nas últimas duas décadas, deve-se considerar que na identidade chinesa das relações internacionais as duas tradições – internacional e isolacionista – permanecem como possibilidade, dando um tom ambíguo a inserção externa do país e singularizando-a no contexto amplo da vida internacional.

---

<sup>6</sup> O Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético lidou com uma série de questões pertinentes para ambos os países envolvidos, tais como os privilégios soviéticos em certas áreas chinesas, como a Manchúria, e a prestação de empréstimos da URSS à China.

Recentemente, percebe-se que a China não somente vem recebendo investimentos estrangeiros, como acontecia nos últimos trinta anos, porém está fazendo muitos investimentos internacionais que possibilitam a construção e manutenção de parceiros econômicos e políticos, proporcionando o aumento da influência chinesa, principalmente perante esses atores.

A trajetória histórica chinesa fez com que as Relações Internacionais, enquanto disciplina acadêmica, foi influenciada por uma série de correntes de pensamento. Isso permitiu várias linhas de pensamentos dentro da Escola Chinesa de Relações Internacionais.

O desenvolvimento de uma Teoria das Relações Internacionais chinesa tem início no final dos anos 1970 e começo dos 1980, quando o governo socialista de Deng Xiaoping começa o processo de abertura e passa a implantar o “socialismo com características chinesas”. Até os anos 1980, o ensino da teoria das Relações Internacionais como se conhece não existia na China, já que o que se estudava eram obras de autores do socialismo científico, como Marx, Lênin, Engels, Mao e Stálin, como afirmam Montenegro (2015) e Yaqing (2012).

Um dos grandes entraves encontrados para a difusão das teorias das Relações Internacionais no país era que havia poucas traduções para o mandarim. A partir da década de 1990 surgiram as primeiras traduções de importantes obras ocidentais, como “A política entre as Nações” de Hans Morgenthau.

É necessário salientar que, como atenta Shambaugh (2013), a China é um ator econômico de suma importância. Porém, seu poder é tido como parcial visto que, mesmo investindo nos mais diversos segmentos econômicos pelo mundo, não há interesse em obter o monopólio da tecnologia para desenvolver os bens sozinhos. Sua política segue uma lógica de que se torna mais válido compartilhar o conhecimento e difundir a produção entre os países afetados pela *One Belt, One Road*, foco deste trabalho, para que possam expandir seus mercados para acompanhar as tendências chinesas.

Então, dado que a China é um país socialista, e por mais que seja possível explicar o fenômeno do reavivamento da Rota da Seda utilizando a teoria neoliberal, a Escola Chinesa também bebe dos clássicos da sua filosofia para justificar o projeto. Ela se torna deveras

simples por essa ótica: não adianta que apenas a China cresça enquanto todos ao seu redor permaneçam estagnados. Além disso, como mostram Baumann e Mussi (2011), tal fenômeno não parece ser exclusivo da China, mas ao que tudo indica, é uma postura dos países asiáticos.

### **3. Breve Histórico da Antiga Rota da Seda e a Nova**

Sabe-se que a Rota da Seda (expressão cunhada no século 19 pelo estudioso alemão Ferdinand Von Richthofen) era uma série de rotas interconectadas que ligavam o Extremo Oriente ao Mediterrâneo e que também se ligava à Europa, provavelmente estabelecida a partir do oitavo milênio antes de Cristo. Com seu crescimento foi criada a maior rede comercial do Mundo Antigo. No passado remoto, os chineses adquiriram o conhecimento da fabricação da seda, a partir da fibra branca do casulo do bicho-da-seda. Quando os chineses fizeram contato com as cidades do Ocidente, encontraram pessoas dispostas a pagar muito caro pelo tecido. Os dois lados da rota aprenderam muito sobre culturas diferentes das suas, e isso expandiu suas noções sobre o mundo.

Porém, a Rota da Seda não era apenas um emaranhado de rotas que transportavam milhares de caravanas com mercadorias das mais diversas do Oriente para o Ocidente. Ela era, sobretudo, um canal importante de comunicação entre os povos que viviam sob seus caminhos. Nela, ocorria a transmissão, em mão dupla, de tecnologias, artes e religiões.

O desaparecimento da rota da seda ocorreu quando a China se livrou dos longos anos de dominação Mongol. Logo, a dinastia Ming fechou as fronteiras da China e a Rota da Seda foi fechada durante 1.500 anos, o que causou uma grande problemática para os povos que se utilizavam dela e/ou estavam no seu entorno

### **4. *One Belt, One Road*: o empreendimento atual**

O projeto *One Belt, One Road* pode ser resumido como um conjunto de rotas marítimas, terrestres e ferroviárias que ligarão a China à Europa, e que serão custeadas, em sua maioria, pelo governo chinês, levando investimentos aos países abarcados pelo projeto.

A China possui uma história de grandes empreendimentos. Um forte exemplo é a construção da Grande Muralha como forma de proteger o país de invasões estrangeiras. Nessa nova era, o *One Belt, One Road* tem sido colocado como prioridade na política interna e, principalmente, na política externa da China. Também tem atraído opiniões divergentes ao redor do mundo, visto que enquanto alguns o veem como um projeto que trará inúmeros benefícios para a Eurásia e também África, outros acreditam que é apenas uma forma da China conseguir mais poder e influência nestas regiões. Porém, independente de opiniões, esse megaprojeto está a cada dia ganhando forma e poderá modificar grandemente as relações globais.

O *One Belt, One Road*, também conhecido como a sigla *OBOR*, teve início no século XXI, mas sua concepção pode ser bem mais antiga. A ideia do projeto remete à antiga Rota da Seda. O novo projeto possui algumas similaridades com a antiga rota, sendo a principal o desejo de criar estradas e rotas aquáticas que ligariam vários países com o objetivo de desenvolvimento econômico. De acordo com o governo chinês, o *OBOR* é um conceito que visa uma maior conectividade entre a Ásia, a Europa e a África, com a intenção de aumentar o fluxo comercial e incentivar um crescimento econômico de longo prazo. O *OBOR* foi divulgado pela primeira vez em uma viagem do presidente Xi Jinping, em 2013. Porém, o projeto já estava na mesa de projetos do governo de Pequim há mais tempo. Vale salientar que o presidente anterior à Xi, Hu Jintao, já possuía uma linha de pensamento de abertura política, com sua postura em relação às políticas externas que abririam caminhos para esse empreendimento.

De acordo com o projeto, como brevemente assinalamos no início desse trabalho, serão construídas duas rotas: uma terrestre, que se iniciará na China e passará por vários países como Irã, Turquia, Rússia e Holanda; e uma aquática, que iniciará em Xangai, na China, e terá como parada final, Veneza, na Itália. Todas essas rotas não trarão apenas uma maior conectividade entre os países que estão no projeto, mas também possibilitarão uma

cooperação econômica e técnica mais profunda e o estabelecimento de uma zone de livre comércio entre esses países.

A China planeja criar ou reestruturar uma série de estradas, portos, ferrovias, aeroportos, oleodutos e gasodutos nos países que receberão as rotas. Com isso, espera aumentar as exportações, pois seus produtos serão escoados com mais facilidade e em um tempo menor. Também terá acesso a fontes de energia pelo caminho, algo extremamente útil e importante para que a China consiga produzir ainda mais. Alguns pesquisadores acreditam que o projeto seria uma forma de renascer a “China Grandiosa”. A previsão de completude do projeto é entre 30 e 40 anos.

O *OBOR* pode ser considerado também uma política para desenvolvimento interno. Com o projeto, a China deseja desenvolver o seu interior, principalmente a província de *Xinjiang*. Essa província, com predominância islâmica, apresenta várias revoltas contra o governo central, pois deseja independência. No local há a atuação de grupos islâmicos, incentivados por grupos semelhantes de países vizinhos. O governo chinês acredita que o projeto poderá ajudá-los a ter maior controle na região. Também afirma que poderá ser uma arma contra o extremismo islâmico que atuaria na província. O objetivo seria o controle da região e maior segurança na rota, pois esta passaria pela província de *Xinjiang*.

Figura 3 – Província de *Xinjiang*



Fonte: [asiapacific.anu.edu.au/maponline/base-maps/xinjiang-autonomous-region](http://asiapacific.anu.edu.au/maponline/base-maps/xinjiang-autonomous-region)

De certa forma, o *OBOR* tem fortes relações com segurança, seja interna, como foi visto no caso de *Xinjiang*, seja externa. A China, buscando promover a segurança da rota, tem deslocado grupos militares para alguns países. Apesar de sempre afirmar a neutralidade (inclusive política) do projeto, essas atitudes não são bem-vistas por técnicos e estudiosos, que acreditam que isto pode ser uma tentativa de uma neocolonização, algo que é extremamente rebatido pelo governo chinês. Até aqui, os países que fazem parte do projeto têm ressaltado a soberania sobre seus assuntos internos.

Além de segurança, outro obstáculo que também pode ser enfrentado é o da infraestrutura. A China tem como objetivo reconstruir ou construir do zero estradas, portos, aeroportos, entre outros em alguns locais. Todos esses empreendimentos necessitam de uma grande quantidade de investimentos. Há, atualmente, uma grande plataforma de investimento para esse projeto, tanto público, quanto privado. De acordo com um estudo da PwC (VAN DER LEER; YAU, 2016), o projeto deve mobilizar cerca de US\$1 bilhão do estado chinês, além de outros investimentos de âmbito privado. Para administrar todo o capital, foram

criados mecanismos como o *New Silk Road Fund* (NSRF), um fundo de investimento administrado pelo estado chinês com o objetivo de financiar recursos aos projetos do *OBOR*, e o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), um banco de investimento multilateral cujo objetivo é financiar o desenvolvimento da infraestrutura de setores produtivos na Ásia.

Outras potências também tentaram realizar projetos parecidos, como o Japão, em 1998; os EUA, com a proposta da “*Nova Rota da Seda*”, em 2011; a Índia, com o “*Mausam Project*”, em 2014; o Cazaquistão e vários outros países da região. Porém, nenhum conseguiu ganhar a forma ou a força que o projeto chinês e com possibilidades reais de êxito. De acordo com Yiwei (2015), o projeto chinês é superior porque possui uma diplomacia que promove um desenvolvimento comunitário, a ideia que todos podem ganhar com o projeto. Se essa diplomacia de desenvolvimento comunitário tem sido a causa do sucesso ou não, o fato é que o *OBOR* tem conseguido se desenvolver e ganhado bastante destaque internacional, seja de forma positiva para os países que estão no projeto, seja de forma negativa para outras potências que visavam ter uma forte presença na região.

Muitos comparam esse projeto com o Plano Marshall, dos EUA, que visava ajudar a reconstrução da Europa no pós-segunda guerra. Apesar das similaridades, Yiwei (2015) acredita que é preciso prestar mais atenção nas diferenças antes de comparar esses dois projetos. Ele afirma que o contexto é diferente e que o *OBOR* não carrega tanta ideologia quanto o *Plano Marshall* carregava. Outro ponto é o fato de que o projeto chinês visaria um crescimento em conjunto com compartilhamento de tecnologia, conhecimento e produção, enquanto que o projeto americano trazia um destaque maior para os EUA. Também afirma que as intenções são diferentes, já que o *OBOR* não tem a intenção de controlar os países ao longo da rota, mas de todos terem oportunidades de crescimento e de aproveitar seus benefícios.

Por outro lado, a ideia do desenvolvimento onde todos ganham e que a China não teria nenhum tipo de intenção política na região é colocada em dúvida por alguns pesquisadores. Fallon (2015) acredita que o projeto não traz apenas a ideia de desenvolvimento em comum, mas também seria uma carta estratégica da China para aumentar a sua área de influência na região e medir forças com grandes potências como Japão e EUA. Outro ponto, seria o fato de

que vários países que estão no projeto também fazem parte da União Europeia, e isso pode dar uma certa vantagem para China, já que esses países podem formar um grupo dentro da UE e facilitar acordos da mesma com o país asiático.

Neste contexto, para explicar esse projeto em uma dimensão ampliada, deve-se considerar que sua intenção é integrar os países-membros por meio de incentivos para melhorar a infraestrutura e desenvolver laços de comércio (portanto seja, haveria um foco na cooperação). Já a Escola Chinesa adiciona à explicação a questão do equilíbrio confuciano, afirmando que a necessidade do desenvolvimento dos países por intermédio da China é crucial para atingir o resultado esperado. É possível fazer, ainda, um contraponto com a teoria da dependência, visto que os países menos influentes no cenário regional, como por exemplo Turcomenistão e Quirguistão, podem sofrer influências chinesas em sua política interna. Dialogando com Yongnian (2010), é possível fazer uma boa análise com os elementos das escolas ocidentais das RI's, porém, vários detalhes importantes são deixados de lado, como a ideia chinesa de ser o “império do meio”, e de se sentir numa posição de precisar voltar aos tempos de hegemonia do país, mesmo que, para isso, seja necessário se abrir ainda mais para outros povos para atingir tais metas.

## 5. Conclusão

O *One Belt, One Road* é um projeto bastante ambicioso e caro, principalmente para a China, que arcará com quase todo o investimento necessário para colocá-lo em prática, como as estradas, ferrovias, portos, armazéns de estoque e até mesmo as indústrias de cada localidade. O projeto enfrentará vários obstáculos, econômico, político ou de segurança, e, apesar de difícil, não será impossível vencer todos eles. Porém, ainda é cedo para fazer afirmações mais concretas sobre os benefícios do projeto e quais as reais intenções da China. Por outro lado, se o *OBOR* tiver êxito, trará grandes mudanças ao cenário internacional, especialmente na Ásia.

Segundo a corrente Liberal e, por parte, da Escola Chinesa, o projeto *OBOR* é considerado benéfico, seja pelo papel da China hoje como agente do crescimento mundial,

seja pelo fato de firmar acordos importantes com cada país envolvido, que facilitariam o comércio e melhorariam a infraestrutura de cada país envolvido. Porém, por uma ótica mais realista, o projeto deve ser visto com cautela, pois além de assustar por uma dimensão mais que faraônica, revela uma vontade de poder chinês num mundo global que vive uma crise em dimensões ainda desconhecidas. Passa ainda a impressão de uma tentativa de implementação de *soft power* com apelo chinês, sobretudo nos países menos influentes e que receberão investimentos importantes, como os da Ásia Central e Oriente Médio.

### Referências

- ABI-SAD, S. C. M. **A potência do dragão: a estratégia diplomática da China**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- BAUMANN, R.; MUSSI, C. **Cooperação monetária e financeira: o que é bom para a Ásia também é para a América Latina?** *Revista de Economia Política*, 31(1): 77-97, 2011.
- CARVALHO, C; CATERMOL, F. **As relações econômicas entre China e EUA: resgate histórico e implicações**. In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-152, jun, 2009.
- CHENG, J. Y. S.; ZHANG, F. W. **Chinese Foreign Relation Strategies Under Mao and Deng: A Systematic and Comparative Analysis**. In: Kasarinlan: Philippine Journal of Third World Studies, Vol 14, No 3, 1999.
- COSTA LIMA, M & SILVA, J. H. F. **As relações da América Latina com a China em um novo contexto mundial**. Recife: Instituto de Estudos da Ásia-UFPE, 2016. Disponível em: <<https://ufpeieasia.wordpress.com>> Acesso: 5 jul. 2016.
- FALLON, T. **The New Silk Road: Xi Jianping's Grand Strategy for Eurasia**. The Journal of the National Committee on American Foreign Policy. American Foreign Policy Interests. USA, nº 37, p. 140-147, 2015.
- FAIRBANK; J. K. **China's Foreign Policy in Historical Perspective**. In: Foreign Affairs. Volume 47, Number 3, p. 449-463, 1969.

GUNGWU, Wang; YONGNIAN, Zheng (EDs),(2008),*China and the New International Order*. London: Routledge, 2008.

LEVINE, S.I. *Perception and ideology in chinese foreign policy*. In: ROBINSON, T.W; SHAMBAUGH, D. *Chinese foreign policy: theory and practice*. New York: Oxford University Press, 1994.

LIN, J. Y. **A nova 'Rota da Seda' da China**. São Paulo: Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-nova-rota-da-seda-da-china—imp-,1816517>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

MONTENEGRO, R. H. **Teoria das Relações Internacionais na China: origem, evolução e debates recentes**. In: 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015, Caxambu. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs, 2015.

OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China: cooperação sul-sul e parceria estratégica**. Fino Traço: Belo Horizonte, 2012.

SONG, X. ; CHAN, G. *International relations theory in China*. HU, W. ; CHAN, G. ; ZHA, D. *China's International Relations in the 21<sup>st</sup> Century*. Maryland: University Press of America, 2000.

SOUSA, A. T. L. M. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. São Paulo: UNESP, 2016, 50 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – UNESP, UNICAMP E PUC-SP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, São Paulo, 2016.

SHAMBAUGH, D. **China goes global: the partial power**. New York: Oxford University Press, 2013.

VAN DER LEER, Y.; YAU, J. *China's new silk route: The long and winding road*. PwC's *Growth Markets Centre*, 2016.

YAQING; Q. *International Society as a Process: Institutions, Identities, and China's Peaceful Rise*. In: *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 3, 129–153, 2010.

\_\_\_\_ *“Culture and global thought: Chinese International Theory in the making.”*. In: [www.cideb.org](http://www.cideb.org). Revista D’afers Internacionales, n.100, pp.67:90, 2012.

YONGNIAN, Z., “Preface”. In: Yongnian Zheng (Ed.), *China and International relations*. The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu. London: Routledge, 2010.

YIWEI, W. *China’s “New Silk Road”: A Case Study in EU-China Relations*. In Alessia Amighini, Axel Berkofsky (Org.). Xi’s Policy Gambles: The Bumpy Road Ahead. Italian Institute for International Political Studies. Pag. 92-109, 2015.

ZHANG, F. *The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations*. The Chinese Journal of International Politics, Oxford University Press, 1 of 30, 2011.

ZHIMIN, C. *Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy*. In: Journal of Contemporary China, 2005.